

Sarney quer mudar Constituição agora

Passarinho e Marchezan apóiam tese do presidente do PDS

O presidente do PDS, senador José Sarney, defendeu ontem a realização de uma reforma constitucional pelo atual Congresso como coroamento do processo de abertura política, proporcionando-se, ao mesmo tempo, maior estabilidade ao novo texto através do restabelecimento do **quorum** de 2/3 para a aprovação de emendas à Constituição. Esta tese foi encampada, ainda, pelos presidentes do Senado e da Câmara, Jarbas Passarinho e Nelson Marchezan, o primeiro apontando três capítulos constitucionais passíveis de modificações (o da ordem econômica, o dos direitos individuais e o que estabelece o Federalismo) e o segundo pregando a devolução prévia das prerrogativas parlamentares, de modo a que o trabalho constituinte seja realizado por um Congresso absolutamente soberano.

Embora fazendo questão de enfatizar que ainda não há uma decisão formal do Governo nesse sentido, os três líderes pedessistas admitiram a possibilidade de convocação extraordinária do Congresso no recesso parlamentar de 5 de dezembro deste ano a 1.º de março de 83. Neste período, seria efetuada uma revisão constitucional que consolidasse as 19 emendas já acrescentadas ao atual texto, ou, como prefere o senador José Sarney, "adaptasse os dispositivos constitucionais à nova realidade nacional".

Se confirmadas as expectativas dos dirigentes pedessistas, o Governo terá condições de efetuar, através de sua atual maioria parlamentar, as alterações constitucionais que lhe interes-



Senador José Sarney

sam, evitando ao mesmo tempo com o restabelecimento do **quorum** qualificado para aprovação de novas emendas, que uma eventual maioria oposicionista possa processar novas modificações a partir de 83.

COROAMENTO

Segundo o presidente do PDS, a tese da reforma constitucional encontra apoio na maioria dos parlamentares governistas, "que entendem ser esta medida o próprio coroamento do processo da abertura política". O restabelecimento do **quorum** de 2/3, co-

mo afirmou, é outra das aspirações do Congresso, na medida em que proporcionará maior estabilidade ao texto constitucional: "Atualmente", enfatizou, "é mais fácil legislar por emenda constitucional que por projetos de lei".

Como o senador Sarney, também o presidente do Senado, Jarbas Passarinho, defende a revisão constitucional pelo atual Congresso, embora admita que a representação parlamentar a ser eleita em novembro teria maior representatividade para realizar o trabalho: "Entretanto, se vista sob o ângulo da conclusão de um processo de abertura política, é justificável que a reforma seja feita pelo mesmo Congresso que votou todos os demais projetos liberalizantes".

Entre os dispositivos constitucionais passíveis de alterações, Passarinho ressaltou três: o capítulo dos direitos e garantias individuais, procurando-se maior equilíbrio entre a segurança do Estado e a do cidadão, com possibilidade de reflexos sobre a própria Lei de Segurança Nacional; o da ordem econômica, com a criação de um estatuto que regule o ingresso de capital estrangeiro no País; e o capítulo que estabelece o Federalismo, no qual considera necessária a revitalização dos estados e municípios.

Os presidentes do Senado e da Câmara, Jarbas Passarinho e Nelson Marchezan, concordam, contudo, que qualquer missão constituinte só deve ser cumprida pelo Congresso depois de reintegrado em suas prerrogativas. Só assim como argumentam, o Legislativo teria condições de realizar um bom trabalho.